

Política Externa e Direitos Humanos: Estratégias de ação para a sociedade civil

Um olhar a partir
da experiência
da Conectas no Brasil

**Política Externa e Direitos Humanos:
Estratégias de ação para a sociedade civil**

Um olhar a partir da experiência da Conectas no Brasil

Série Conectas – Número 1

Produzido por Conectas Direitos Humanos

São Paulo, Brasil

1ª edição: Jun. 2013

2ª edição: Abr. 2014

Créditos

Escrito por Camila Asano, Laura Waisbich, Marta Ferreira e Muriel Asseraf

Revisado e editado por Camila Asano e Laura Waisbich

Diagramado por JWT São Paulo e editorado por Laura Daudén

Contato

conectas@conectas.org

www.conectas.org



www.facebook.com/conectas



@_conectas

A publicação deste estudo de caso só foi possível graças ao generoso apoio da Ford Foundation, International Development and Research Center, Oak Foundation, Open Society Foundations e The Sigrid Rausing Trust.



Quem somos

Conectas Direitos Humanos é uma organização internacional não-governamental fundada em São Paulo, Brasil, em 2001, para defender e promover os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito nos países do Sul Global (África, Ásia e América Latina).

Por meio dos programas de Justiça, Política Externa e Cooperação Sul-Sul, Conectas trabalha em âmbitos nacional, regional e internacional. As ações da organização envolvem *advocacy*, litígio estratégico, utilização da ONU e mecanismos regionais de proteção de direitos, produção e disseminação de conhecimento, capacitação de defensores de direitos humanos e ações conjuntas e parcerias com outras organizações, entre outros.

Conectas acredita que a efetivação de direitos passa pela construção de um movimento diverso e global de organizações e pessoas engajadas com essa causa. Assim, a organização também desenvolve ações institucionais e de comunicação que visam ao engajamento da sociedade e do público em geral com a defesa dos direitos humanos.

Série Conectas

Desde sua fundação, Conectas aposta no conhecimento como ferramenta e aliado essencial na concretização de sua missão.

Em 2013, foi lançada a iniciativa Série Conectas, composta por um conjunto de publicações que têm como intuito divulgar e disseminar a experiência e o conhecimento produzido na organização para defensores de direitos humanos, acadêmicos, OSCs e outros interessados na luta por direitos.

Com o lema “conhecimento para ação”, a Série Conectas tem por objetivo contribuir para a construção coletiva de um debate crítico de direitos humanos, bem como para o engajamento da sociedade na defesa de direitos.

Boa leitura!



Sumário

| | |
|---|----|
| Lista de abreviações e siglas | 7 |
| Introdução | 8 |
| Sobre este estudo de caso | 12 |
| 1. Informação e pesquisa | 13 |
| 2. Redes e parcerias | 18 |
| 3. Freios e contrapesos | 22 |
| 4. Mídia e escrutínio público | 27 |
| 5. Monitoramento de foros e mecanismos internacionais | 31 |

Lista de abreviações e siglas

Agnu – Assembleia Geral das Nações Unidas
Asean – Associação dos Países do Sudeste Asiático
Brics – Grupo que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDH – Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
Ecosoc – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
Ibas – Grupo que inclui Índia, Brasil e África do Sul
Ifis – Instituições Financeiras Internacionais
Itamaraty – Ministério Brasileiro das Relações Exteriores
LAI - Lei de Acesso à Informação
Mercosul – Mercado Comum da América do Sul
MNA – Movimento dos Países Não-Alinhados
MRE – Ministério Brasileiro das Relações Exteriores
OCI – Organização da Conferência Islâmica
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCs – Organizações da Sociedade Civil
RPU – Revisão Periódica Universal

Introdução

Esta publicação descreve e analisa a trajetória da Conectas Direitos Humanos em seu trabalho com política externa no Brasil. Por meio deste estudo de caso, busca-se incentivar outras OSCs do Sul Global a ampliarem sua atuação no campo da política externa. Tendo por insumo as experiências da Conectas, as lições aprendidas no curso de sua atuação e o debate travado com parceiros (nacionais e internacionais) envolvidos em atividades semelhantes, são apresentados e sistematizados aqui casos concretos, estratégias utilizadas e desafios encontrados no trabalho com política externa e direitos humanos.

Antes de mais nada, é preciso salientar que a atuação da Conectas em política externa é fruto de uma intensa e contínua reflexão acerca dos contornos do contexto internacional neste início de século, dos impactos das dinâmicas internacionais no movimento de direitos humanos e do papel que possui o Brasil – e outros países, tidos como democracias emergentes – neste contexto.

Numa ordem geopolítica em constante mutação, os países do Sul Global adquiriram posição de destaque nas questões globais, entre elas os direitos humanos, contribuindo de forma cada vez mais ativa para criar e moldar suas normas e práticas. Constata-se, no entanto, que o maior protagonismo político e econômico de alguns desses países, sobretudo das democracias emergentes, é raramente acompanhado de um ativismo em favor da promoção e proteção dos direitos humanos. Não é por acaso que a determinação expressada por estas “potências emergentes” em reformar a governança global, aperfeiçoando o multilateralismo contemporâneo, não se verifica em mesma intensidade quando o assunto é aprimorar o sistema internacional dos direitos humanos. Soma-se a isso, a tradicional resistência dos países do Sul em se envolver com a agenda de direitos humanos por meio de sua política externa, por terem sido, eles próprios, alvos da atenção internacional na matéria (seja por meio de campanhas por parte de ativistas transnacionais, seja por pressão bilateral de outros países).

Paralelamente, assim como os países do Sul Global se tornam mais assertivos na sua forma de pensar e agir geopoliticamente, o mesmo ocorre com a sociedade civil do Sul. A participação da sociedade civil na formulação da política externa torna-se, portanto, fundamental para garantir que a promoção e proteção dos direitos humanos receba tratamento prioritário, exigindo também que o governo se responsabilize perante a sociedade pelas decisões e posições adotadas no plano internacional. Por meio de escrutínio e incidência política, a sociedade civil busca aumentar a conformidade de posicionamentos internacionais de seu país com compromissos (nacionais e internacionais) na área de direitos humanos por ele firmados. Trabalha, ainda, para que os direitos humanos sejam parte

integrante da pauta internacional de seus países, seja no âmbito bilateral, regional ou ainda multilateral. Ao fazê-lo, as OSCs contribuem para a criação de uma cultura de *accountability* na política externa. Além disso, ao atuarem junto às instituições nacionais e de outros grupos sociais, contribuem com o fortalecimento da democracia no âmbito doméstico.

Programa de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas

O Programa de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas foi criado em 2005 a partir do desejo de melhor compreender e monitorar o papel internacional desempenhado pelo Brasil e seu impacto nos direitos humanos dentro e fora de suas fronteiras.

Este programa parte de experiências anteriores da organização em reunir defensores de direitos humanos de diferentes localidades do globo, ao longo de diversas edições do Colóquio Internacional de Direitos Humanos (organizado pela Conectas desde 2000), para atuar internacionalmente com o objetivo de promover mudanças em seus países de origem. Graças a reflexões feitas por estes defensores, ficou evidente que o sucesso da proteção internacional dos direitos humanos exigia igualmente um trabalho de fundo acerca do comportamento internacional dos países, incluindo do Brasil. Estavam postas, portanto, as bases para uma atuação mais direta e focalizada da Conectas com questões de política externa brasileira.

Tanto o contexto nacional quanto internacional, descritos a seguir, ajudam a explicar as origens dessa iniciativa e os desafios aos quais ela respondia na época de sua criação, e aqueles a que responde hoje.

Contexto nacional: avançando na consolidação democrática

Em 2005, a política externa, como um todo, era um campo relativamente inexplorado pela sociedade civil no Brasil. Exceto em temáticas bastante específicas, havia um incipiente interesse no assunto. Também faltavam mecanismos de transparência e canais de participação cidadã.

A política externa era - e continua sendo - uma prerrogativa do Poder Executivo, em especial do MRE (também conhecido como Itamaraty¹). Ainda hoje é uma política sujeita a poucos mecanismos de controle democrático, seja por parte do próprio poder público ou então da

¹ O nome Itamaraty é uma referência à primeira localização do Ministério, no século 19, no Rio de Janeiro, na casa que pertencera ao Conde de Itamaraty.

sociedade. As informações a respeito dos processos decisórios que determinavam a pauta da política externa ou certos comportamentos internacionais não estavam disponíveis. O processo de nomeação dos representantes e diplomatas também era distante da participação e escrutínio público. Naquela época, o próprio Itamaraty não possuía canais instaurados para o diálogo ou questionamento por parte da sociedade civil. Em outras palavras, havia pouca informação disponível a respeito das decisões da política externa. Temas de direitos humanos, como o comportamento do Brasil nas votações no CDH ou em outras arenas internacionais, não eram exceção a esta regra.

Também escassos eram os espaços para o debate público a respeito da política externa, assunto que atraía baixo interesse por parte da imprensa nacional. Poucos veículos davam espaço a analistas, acadêmicos ou formadores de opinião que verbalizassem críticas ou preocupação com as questões relacionadas à política externa brasileira.

Dado este contexto, o Programa de Política Externa e Direitos Humanos da Conectas foi criado com a premissa de que, numa democracia, a sociedade civil deve participar de todos os níveis da atividade do Estado e deve exigir mais transparência na formulação e implementação de políticas públicas. E posto que a política externa é uma política pública, era preciso, inclusive, que o governo prestasse contas a respeito de suas atividades perante os cidadãos, fomentando canais de participação social.

Além disso, no caso brasileiro, o respeito aos direitos humanos é protegido pela Constituição Federal e funciona como referência para qualquer decisão política, incluindo no que tange à política externa. Neste sentido, sua defesa não é apenas uma questão de princípio, e sim de respeito à Carta constitucional adotada pelo Brasil em 1988. Destaca-se aqui o artigo 4º da Constituição que menciona “a prevalência dos direitos humanos” como princípio orientador da política externa do país².

Contexto internacional: desafios da multipolaridade

Ainda no início do Programa, as potências emergentes, entre elas o Brasil, vinham conquistando reconhecimento por seu crescimento econômico e assumindo maiores responsabilidades no plano global, desempenhando inclusive um papel crescente de definição dos rumos da política internacional. Suas decisões passavam, portanto, a impactar comunidades muito além de suas próprias fronteiras. As alianças, parcerias e fóruns estabelecidos por estas novas potências ganharam relevância e visibilidade. Entretanto, como mencionado, o respeito aos direitos humanos, demonstrado por estes países no plano doméstico e em seus atos de política externa, com frequência deixava - e ainda deixa - muito a desejar.

² De acordo com a Constituição Federal do Brasil, Artigo 4, Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político

Hoje, a construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária se relaciona intrinsecamente com a capacidade dos países do Sul de promover e proteger os valores democráticos e o Estado de Direito. As decisões e padrões de votação desses países em foros internacionais (destinados a questões de direitos humanos ou a outros temas multilaterais) dependem, portanto, do envolvimento ativo e responsável dos Estados, aumentando a responsabilidade que recai em seus líderes e sua política externa. A medida que os emergentes alcançam um novo patamar de responsabilidade e visibilidade na cena mundial, Conectas acredita que torna-se ainda mais inaceitável que esses países ignorem ou desconsiderem os direitos humanos em suas decisões internacionais.

Perspectivas para o futuro

No intuito de criar espaço para o envolvimento da sociedade civil nos processos de elaboração da política externa e desenvolver mecanismos de transparência e *accountability* do governo brasileiro, algumas estratégias foram adotadas, e aperfeiçoadas, ao longo do caminho pela Conectas: ações de coleta de informações e pesquisa, *advocacy* (ou incidência política), ações colaborativas, uso de mecanismos de controle democrático, comunicação e uso da mídia e monitoramentos dos foros internacionais.

Após um período inicial mais dedicado ao sistema regional e internacional de direitos humanos, sobretudo ao seu fortalecimento e à promoção do acesso da sociedade civil do Sul Global a estes mecanismos, o Programa tem ampliado o escopo de suas ações. Certos temas pareceram cada vez mais centrais para qualquer debate envolvendo a responsabilidade e a responsabilização dos países do Sul Global na política externa ligada aos direitos humanos. Como exemplo, tem-se: relações bilaterais entre países do Sul, a reforma do sistema de governança global, incluindo o CSNU, e a maneira com a qual a comunidade internacional vem lidando com a questão do uso da força e das medidas coercitivas no seio dessas instituições. Além disso, em 2012, o Programa tomou a decisão estratégica de trabalhar com organizações parceiras em outras potências emergentes democráticas, começando com Índia e África do Sul, a fim de criar uma rede de organizações do Sul Global que possa monitorar e influenciar com eficiência a política externa de países emergentes com relação aos direitos humanos.

Sobre esse estudo de caso

Com base no trabalho que a Conectas desempenha no Brasil, são apresentadas aqui estratégias que podem auxiliar outras OSCs a acompanhar e influenciar a política externa do seu país no que tange aos direitos humanos. Organizações de outros países interessadas em desenvolver atividades semelhantes devem, por conseguinte, avaliar os aspectos práticos, os riscos e o potencial de sucesso de cada estratégia sugerida com base no contexto e circunstâncias locais.

Nas páginas a seguir, Conectas apresentará as 5 principais linhas de ação do seu Programa de Política Externa e Direitos Humanos:

- **Informação e Pesquisa** – para uma ação qualificada, é crucial ter acesso a informações qualificadas e, quando necessário, conduzir pesquisas por conta própria.
- **Redes e Parcerias** – para o propósito do *advocacy*, a ação coletiva tem o potencial de impulsionar os trabalhos realizados. Igualmente, a formação de parcerias e redes é uma maneira de engajar diferentes grupos da sociedade civil, reunir diferentes capacidades e partilhar as responsabilidades.
- **Freios e Contrapesos** – para influenciar as políticas públicas em ambientes democráticos, é importante fazer uso de todos os mecanismos internos de prestação de contas e controle democrático dos diferentes poderes do Estado.
- **Mídia e Escrutínio Público** – para dar mais peso e visibilidade ao trabalho de defesa dos direitos humanos, a mídia pode ser utilizada por OSCs. Desta maneira, é possível fortalecer o escrutínio público sobre más condutas governamentais e aumentar o custo político das decisões tomadas.
- **Foros e Mecanismos Internacionais** – para interagir com a política externa do governo, é importante monitorar o comportamento dos países nos organismos multilaterais.

Essas linhas de ação são apresentadas em seções distintas, cada qual incluindo: (i) sua importância; (ii) a experiência da Conectas; (iii) os principais desafios; e (iv) estratégias de ação e dicas para a atuação.

Para a preparação desse estudo de caso, a organização se valeu de duas outras publicações anteriores de natureza semelhante, que ajudaram a dar forma e estrutura para este manual: o Passo-a-Passo para a Participação da Sociedade Civil na Revisão Periódica Universal da ONU - RPU, e o Mapa para o Envolvimento com a Comissão Africana.

1. Informação e pesquisa

A. Por que é importante?

O acesso a informações específicas e precisas é vital para que qualquer organização desempenhe suas atividades em nível nacional e internacional. Qual é a posição do seu país em relação às violações dos direitos humanos que ocorrem em todo o mundo? Quais são as relações políticas e econômicas entre o seu país e um país com extenso histórico de desrespeito aos direitos humanos? Como é o histórico do seu país nas votações nos mais relevantes âmbitos internacionais de direitos humanos, como o CDH? Essas são algumas das perguntas essenciais que uma organização deve ter respondido antes de começar o trabalho com política externa e direitos humanos, mas que, na maioria dos casos, são difíceis de responder.

A sistematização das informações a respeito da política externa do seu país ajuda a compreender as dinâmicas dos processos decisórios e também permite à sociedade civil enxergar padrões e inconsistências nas atuações internacionais do seu país. A coleta de informações serve, principalmente, para compor o trabalho de incidência política ou *advocacy*. Trata-se de um conhecimento para a ação, já que a obtenção de informações sólidas e verificáveis é o primeiro passo para qualquer ação de incidência no tema dos direitos humanos.

B. A experiência da Conectas

O anuário “Direitos Humanos: o Brasil na ONU”

Desde 2006, Conectas publica o anuário “Direitos Humanos: o Brasil na ONU”. O propósito desta publicação é sistematizar e compilar todas as informações encontradas a respeito do envolvimento do Brasil com os direitos humanos na ONU e disseminá-las, em português, para outras organizações no Brasil. Assim, esses dados poderão dar suporte às entidades interessadas em participar da política externa do país. Conectas também busca auxiliar o governo brasileiro a cumprir com suas responsabilidades na proteção aos direitos humanos. Por fim, o anuário mostrou claramente ao MRE e aos demais órgãos envolvidos na elaboração da política externa brasileira que a sociedade civil está atenta e ativa ao solicitar do país que adote uma atitude compatível com os princípios constitucionais em direitos humanos e com o compromisso inegociável com a proteção dos mesmos.

Lei de Acesso à Informação

Em maio de 2012, a LAI entrou em vigor no Brasil. Esta lei é uma nova e poderosa ferramenta à disposição das organizações de direitos humanos. Ela deve contribuir para uma cultura de

transparência nas questões de política externa e direitos humanos, algo que a Conectas defende há anos. Atualmente, a organização vem fazendo uso da nova ferramenta e explorando sua interpretação, exigindo que as instituições públicas levem a sério o pressuposto da lei segundo o qual a transparência é a regra, e o sigilo, a exceção. A organização já protocolou, entre outros, pedidos ao governo para acessar informações relativas à formulação da posição brasileira diante da Organização de Estados Americanos (OEA), para cobrar a disseminação pública de relatórios produzidos pela ONU a respeito do Brasil e para inquerir sobre a atividade do Fundo Ibas de Combate à Fome e à Pobreza. Até o momento, Conectas chegou duas vezes à última instância recursal prevista pela LAI. Trata-se de um árduo esforço de recursos sucessivos, mas ao fazê-lo a organização acredita estar contribuindo com o fortalecimento do entendimento nacional acerca da aplicação dos princípios de publicidade e transparência em política externa.

Missão in loco a Brasileira para apurar acolhimento de migrantes haitianos

Em agosto de 2013, Conectas realizou uma missão a Brasileia (estado do Acre), cidade fronteiriça entre Brasil e Bolívia e, porta de entrada de migrantes, sobretudo haitianos, no Brasil. Lá, Conectas gravou 20 entrevistas com moradores do abrigo para migrantes construído pelo Estado brasileiro, conduzidas no idioma creole, falado pelos haitianos. Nos meses que antecederam à missão, a organização já havia feito previamente outras 27 entrevistas com haitianos que conseguiram chegar a São Paulo, totalizando mais de 20 horas de depoimentos gravados. Em Brasileia, foram coletadas informações sobre violações sofridas ao longo do percurso migratório, o que incluía pagamentos a atravessadores e agentes de segurança. Afora as entrevistas, a missão a Brasileia permitiu averiguar as condições de acolhida do abrigo, bem como discutir com funcionários locais sobre os principais desafios encontrados por eles na manutenção do abrigo.

A missão in loco rendeu uma série de reportagens da Conectas sobre uma crise invisibilizada: a dos migrantes haitianos no Brasil. Além do material produzido e disponibilizado publicamente, a missão também permitiu ações de incidência em âmbito nacional e internacional, que incluem reuniões com diferentes órgãos do governo em Brasília, pronunciamentos no CDH e uma audiência na CIDH.

C. Quais são os principais desafios?

No nível institucional

As atividades de pesquisa e informação exigem recursos humanos especializados e podem demandar muito tempo. Também é um desafio saber como equilibrar esforços de produção de conhecimento com os imperativos e a urgência da ação política.

No nível nacional

As organizações dos países do Sul Global enfrentam dificuldades com a escassez de informações oficiais e, quando essa informação existe, o acesso pode ser prejudicado por deficiências na transparência e *accountability* por parte dos governos.

No nível internacional

O intenso fluxo de informação produzida com regularidade pelos sistemas internacionais de direitos humanos como as Nações Unidas pode ser um desafio, em particular por causa das barreiras idiomáticas e da falta de organização e sistematização das informações disponibilizadas por estes órgãos.

D. Estratégias e dicas

Compreender a política externa do seu país

Familiarizar-se com o contexto institucional e com a atualidade, tanto nacional quanto internacional, por meio da mídia e de estudos acadêmicos, governamentais e profissionais.

Como? – Seguir o noticiário

Desenvolva e organize um “clipping diário” sobre política externa/direitos humanos para sua equipe com o objetivo de mantê-la informada e atualizada a respeito das notícias mais relevantes sobre o tema nos principais jornais e revistas locais e/ou internacionais. A ferramenta “Google Alerts” pode ser útil.

Como? – Acompanhar os discursos públicos

Acompanhe os discursos, declarações, comentários, entrevistas, depoimentos, etc., feitas oficialmente por representantes do governo envolvendo temas de direitos humanos e política externa. Além disso, é preciso checar os documentos disponíveis nos sites do seu governo, especialmente do Ministério das Relações Exteriores. Leve em consideração que os representantes do governo podem falar de questões relativas aos direitos humanos/política externa em reuniões ou fóruns não destinados especificamente a estes temas.

Como? – Formar parcerias com acadêmicos

Procure estabelecer parcerias com universidades e centros de estudos estratégicos; eles podem ser uma fonte importante de material crítico a respeito do contexto político e política externa do seu país. A obtenção de informações com diplomatas em conferências acadêmicas ou reuniões organizadas por centros de estudos estratégicos tem se mostrado mais eficiente do que nas reuniões convocadas pela sociedade civil. Nas reuniões com a sociedade civil, os diplomatas e demais representantes costumam adotar um discurso muito neutro, sem expressar opiniões nem oferecendo informações relevantes ao serem indagados a respeito das atividades e motivações do ministério. Inversamente, ao reunirem-se com acadêmicos, os representantes oficiais e diplomatas costumam se mostrar muito mais abertos a perguntas.

Exigir transparência

Pressionar o governo para publicar informações a respeito dos compromissos e prioridades da política externa, viagens de Estado, reuniões, etc., e demandar que este material seja disponibilizado amplamente e de maneira ativa, e não apenas como reação a pedidos de acesso à informação apresentados.

Como? – Fomentar a difusão de boas práticas dentro do governo

Se houver boas práticas de transparência (livros brancos, abertura de contas, etc.) em outros ministérios e ou entidades do governo, deve-se pedir ao governo que as estenda também para as questões ligadas à política externa.

Como? – Fazer uso da LAI

Se o seu país tem uma LAI, pode-se usá-la como ferramenta legal para solicitar ao governo a divulgação ativa de informações sem a necessidade de dar entrada com pedidos formais. Caso seja necessário fazer um pedido formal ao seu Ministério das Relações Exteriores, seja o mais específico possível a respeito da informação que está procurando. Por exemplo, se deseja ter acesso a comunicados diplomáticos, indique o tema, o intervalo de tempo - *de quando a quando* - o remetente e o destinatário - *de quem para quem*. Se o seu pedido formal for negado, continue insistindo. Além disso, use sua rede de parceiros para procurar experiências bem sucedidas de organizações que tenham usado a LAI em questões ligadas à política externa e busque aprender com estas experiências prévias.

Sistematizar votos e posições

Compilar, sistematizar e organizar as informações sobre as relações do seu país, suas posições e votos nos mecanismos internacionais de direitos humanos e em outros foros multilaterais que afetem os direitos humanos. Um primeiro passo seria concentrar-se nos votos e iniciativas do seu país dentro da Agnu (Terceira Comissão e Plenária), CSNU e CDH.

Como? – Recuperar documentação produzida pela ONU

Para conhecer as posições do seu país na ONU, utilize como fonte primária de informações as publicações oficiais das Nações Unidas (www.un.org) e aquelas do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (www.ohchr.org), que podem ser obtidas por meio do sistema de informações da ONU em sites da internet e/ou solicitações diretas ao pessoal da organização. Peça ao seu governo que traduza informações relevantes ligadas à ONU para os idiomas locais do seu país. Até que o governo atenda, incentivamos as organizações a traduzir parte dessa informação para enfatizar e dar visibilidade à importância ao que é debatido e decidido no nível internacional.

Disseminar informações

Publicar e disseminar, também no site da sua organização, as informações obtidas ou produzidas a respeito da política externa do seu país em relação aos direitos humanos para fomentar e apoiar o trabalho de outras OSCs nacionais.

Como? – Tornar a informação inteligível

Ao sistematizar a informação reunida, é preciso fazê-lo de modo que seja fácil de compreender para os envolvidos externos – por exemplo, classificando-a por tema, região/país, instituição/entidade, etc.

2. Redes e parcerias

A. Por que são importantes

Empenhar esforços conjuntos e alinhar agendas entre diferentes atores é essencial para fazer avançar as atividades de monitoramento e tentativas de influenciar a política externa com impactos em direitos humanos. Esta é uma linha de ação que implica em uma diversificação dos atores e interlocutores. De fato, o engajamento da sociedade civil deve ser considerado em seu significado mais amplo, já que a diversificação de interlocutores e atores na formulação das questões da política externa é essencial para criar, no longo prazo, uma cultura real de transparência e *accountability*. Sempre que possível e adequado, as OSCs devem envolver outros ministérios e instituições do governo, acadêmicos, jornalistas, políticos, sindicatos, empresários, estudantes e outros atores nas suas ações, de modo que os responsáveis pelas decisões sintam que a sociedade, como um todo, está falando a linguagem dos direitos humanos enfaticamente. Salienta-se ainda que uma organização pode se envolver com uma série de parcerias de natureza distinta; algumas abrangentes e de longo prazo, outras mais específicas ou temáticas.

No nível internacional, campanhas tendo como alvo um país específico ou determinada violação são muitas vezes reforçadas pela ação colaborativa adotada por diferentes atores, especialmente quando tais atores residem no país em que ocorre a violação, ou já a vivenciaram de alguma maneira. Isso é particularmente importante quando as violações ocorrem num país em que a sociedade civil não consegue, por motivos políticos e de segurança, fazer sua voz ser ouvida. O envolvimento de diferentes atores permite que as campanhas sejam pensadas com um claro entendimento do contexto, dos temas em jogo e das partes envolvidas, ganhando assim credibilidade e maior repercussão.

B. A experiência da Conectas

O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa

Na ausência de espaços formais para o debate envolvendo as questões da política externa no Brasil, Conectas e seus parceiros concentraram todos os seus esforços em 2006 na criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE) – uma plataforma ampla composta por organizações não governamentais, órgãos e entidades do governo brasileiro (como as Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado, e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria Geral da República).

A missão do Comitê é “promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira e fortalecer a participação cidadã e o controle social sobre esta política, por meio de mecanismos de diálogo entre os poderes do Estado brasileiro e a sociedade civil”.

Desde a sua criação, o Comitê tem sido uma ferramenta essencial usada domesticamente para monitorar e influenciar a pauta da política externa do país com relação ao respeito aos direitos humanos e sua promoção. Ele tem desempenhado um papel importante influenciando a posição do Brasil no sistema de direitos humanos da ONU, na OEA e no Mercosul. Entre outras atividades, foram realizadas audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado envolvendo a política externa e seu impacto na questão dos direitos humanos; além disso, o CBDHPE participa ativamente do processo nacional de consulta da RPU. Vale destacar que as audiências públicas promovidas pelo Comitê serviram como fórum de prestação de contas para o Itamaraty.

Campanha inter-regional sobre Zimbábue

A campanha, lançada em 2007, é um exemplo de ação inter-regional na qual Conectas facilitou a vinda de uma missão de dois defensores de direitos humanos do Zimbábue ao Brasil. A missão buscou dar visibilidade e promover ações colaborativas, abordando diferentes aspectos da crise de direitos humanos vivida naquele país do sul da África, cujo contexto político pré-eleitoral estava se deteriorando. Na época, o governo brasileiro mantinha-se em silêncio diante do problema e vinha se abstendo nas resoluções envolvendo o Zimbábue no âmbito da antiga Comissão de Direitos Humanos da ONU. A visita incluiu uma reunião com sete organizações latino-americanas, que posteriormente adotaram medidas para influenciar a política externa de seus governos em relação à situação dos direitos humanos no Zimbábue. O trabalho de advocacy realizado após esta reunião resultou na ida de um representante do Legislativo brasileiro até Harare para acompanhar o primeiro turno do processo eleitoral (ver página 22). Como resultado adicional da iniciativa liderada pela Conectas, dois jornalistas brasileiros foram ao Zimbábue para acompanhar as eleições presidenciais no país.

Desde então, várias atividades coordenadas entre essas organizações foram desenvolvidas como parte da mesma campanha. Além disso, os esforços conjuntos levaram à participação de um defensor de direitos humanos do Zimbábue na 10ª sessão do CDH em Genebra em março de 2009, e também num evento paralelo envolvendo a situação dos direitos humanos no Zimbábue durante a 13ª sessão do Conselho em março de 2010, aumentando a visibilidade da crise vivida no país diante da comunidade internacional a partir de uma perspectiva do Sul Global. Uma campanha semelhante foi organizada com defensores de direitos humanos da Birmânia em 2011.

C. Quais são os principais desafios?

No nível institucional

Construir redes e parcerias sólidas é uma atividade demorada, pois requer iniciativas de fortalecimento da confiança mútua e esforços para se chegar ao consenso.

No nível nacional

Por conta da ausência de uma cultura de política externa em muitos países, as organizações podem ter de fomentar o interesse entre parceiros para a atuação internacional, ou até oferecer atividades de capacitação para permitir sua participação em ações coletivas. A construção de parcerias significativas e diálogo entre os diferentes atores para além do movimento de direitos humanos, incluindo acadêmicos, o setor privado, etc., constitui também outro desafio.

No nível internacional

A barreira linguística pode dificultar as organizações de estabelecerem parcerias com organizações de regiões distantes nas quais ocorrem graves violações dos direitos humanos. Adicionalmente, cada país tem seu próprio conjunto de prioridades na política externa, algo que pode ser um desafio adicional para as ações colaborativas inter-regionais. Além disso, uma vez que tais parcerias são estabelecidas, conferir-lhes substância exige o uso de todas as tecnologias de comunicação disponíveis e também a criação de oportunidades para encontros pessoais presenciais.

D. Estratégias e dicas

Fomentar redes e oportunidades

Procurar formar parcerias estratégicas com OSCs para mobilização política e incidência sobre as instituições nacionais. É importante expandir as redes para incluir uma gama diversificada de atores (acadêmicos, jornalistas, advogados, políticos, empresários, sindicatos, lideranças religiosas, estudantes, comunidades de imigrantes e outros) nas questões de política externa. Redes amplas também podem defender a criação, por parte do governo, de mecanismos formais e informais de interação da sociedade civil com aqueles responsáveis pela elaboração da política externa - ou o seu fortalecimento, caso já existam.

Como? – Formar coalizões

Busque a criação de coalizões formais ou informais compostas por organizações dispostas a acompanhar a política externa do seu país e influenciá-la;

Como? – Realizar reuniões

Organize reuniões com as diversas partes interessadas, a fim de discutir a importância de monitorar e influenciar a política externa partindo de uma perspectiva de direitos humanos, promovendo assim o desenvolvimento de sinergias e estratégias conjuntas.

Realizar trabalho inter-regional de *advocacy*

Atuar ao lado de organizações parceiras de outras regiões ao monitorar a atuação e o posicionamento de seu país na ONU e em outras organizações multilaterais. Conduzir

campanhas inter-regionais Sul-Sul sobre situações de direitos humanos em países em crise a fim de influenciar as posições das potências emergentes democráticas.

Como? – Promover missões e viagens de sensibilização

Organize missões de defensores dos direitos humanos para o seu país (e para outros estados do Sul Global, dependendo do envolvimento de parceiros). Elas podem ser uma ferramenta valiosa, especialmente para defensores de países não democráticos nos quais a sociedade civil é impedida de agir com liberdade, necessitando, portanto de apoio de organizações de outros países. Prepare uma pauta ampla para que esses defensores estrangeiros dos direitos humanos se reúnam com diferentes atores: de representantes do governo a acadêmicos e demais entidades da sociedade civil.

3. Freios e contrapesos

A. Por que são importantes?

As democracias têm como base o princípio da separação dos Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) e o controle democrático de “freios e contrapesos” entre eles. Tal mecanismo deve garantir que nenhum Poder possa subjugar os demais nem controlar o Estado. Entretanto, é muito comum que o Executivo seja de facto o principal ator, e por vezes o único, do processo decisório em política externa, contribuindo para: (i) alienar a sociedade em relação a um aspecto importante da política: a forma pela qual o país se apresenta e interage internacionalmente, (ii) permitir que o Executivo adote posições discutíveis sem nenhum questionamento anterior, (iii) gerar atos de diplomacia que colocam em risco a promoção e proteção dos direitos humanos no nível internacional, e (iv) perpetuar a ideia do isolamento da política externa em relação aos princípios da transparência e da participação social que orientam as políticas públicas numa democracia.

Nesse sentido, em sistemas de governo que empregam a separação dos poderes, é fundamental que as OSCs acompanhem e influenciem a política externa de seu país em relação aos direitos humanos e que façam uso do sistema de “freios e contrapesos”, reforçando as instituições democráticas e o controle democrático das decisões tomadas pelo governo em política externa.

B. A experiência da Conectas

O sistema de justiça e o voto brasileiro na questão dos direitos humanos na Coreia do Norte

Há anos, as violações dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) são objeto de preocupação internacional. A antiga Comissão de Direitos Humanos e o atual CDH adotaram várias resoluções desde 2003, expressando a preocupação com a situação dos direitos humanos naquele país. Como membro do CDH desde a sua criação, o Brasil votou em favor de várias decisões, das quais uma instituía um relator especial para os direitos humanos no país. Entretanto, em 2008, a posição do Brasil mudou subitamente, com uma abstenção na Agnu e, em 2009, o país se absteve tanto na Agnu quanto no CDH. Na época, Conectas observou que o país estava violando o princípio constitucional brasileiro segundo o qual devem ser respeitados os direitos humanos na condução da política externa do país (Constituição Federal Brasileira, Art.4, II) e pediu à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, parte do Ministério Público Federal no Brasil, que exigisse dos representantes do MRE uma explicação para a posição adotada.

Consequentemente, o Itamaraty tornou pública sua posição, afirmando que o país acreditava na criação de um ambiente político-diplomático capaz de permitir que a Coreia do Norte expressasse livremente seu compromisso com os direitos humanos e cooperar com a ONU. Naquele mesmo ano, a Coreia do Norte se recusou a aceitar qualquer recomendação recebida pelo mecanismo de RPU da ONU, incluindo as feitas pelo Brasil. Após o episódio, o Brasil votou a favor das resoluções envolvendo as violações de direitos humanos na Coreia do Norte. Este episódio mostra que a solicitação de informação feita por outra entidade do governo pode servir não apenas para revelar a informação desejada, mas também para pressionar o Brasil politicamente a mudar de posição. O processo fez com que o MRE confrontasse a estratégia adotada com a realidade do seu fracasso, levando a uma nova posição de respeito aos direitos humanos.

“Agenda Mínima” para os candidatos à Presidência

Nos meses que antecederam as eleições presidenciais realizadas no Brasil em 2010, Conectas trabalhou com o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa para que os candidatos à Presidência adotassem uma “agenda mínima” para os direitos humanos e a política externa, garantindo assim o compromisso do Brasil com os direitos humanos em âmbito nacional (ao cumprir com e implementar as obrigações nacionais e internacionais na matéria) e em âmbito internacional (ao reger sua política externa de acordo o artigo 4º da Constituição e com as obrigações internacionais assumidas pelo país, por via convencional ou não convencional).

A Agenda Mínima contém 10 compromissos envolvendo os direitos humanos e a política externa proposta pelo Comitê a todos os candidatos à Presidência (incluindo a atual presidente Dilma Rousseff). Todos aderiram publicamente à Agenda durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Uma vez passada as eleições, em maio de 2011, o Comitê organizou uma audiência pública na Câmara para debater com os diferentes setores do governo recém-eleito quais medidas seriam adotadas para a implementação da Agenda Mínima. Desde então, a agenda tem servido como importante marco para acompanhar e avaliar as decisões do governo com relação aos direitos humanos e à política externa.

Participação cidadã no Senado brasileiro: campanha “Ministro, eu #QueroSaber”

Na primeira metade de 2013, Conectas buscou introduzir a participação direta do cidadão em espaços normalmente restritos de diálogo entre Legislativo e Executivo. Por meio de uma campanha nas redes sociais chamada “Ministro, eu #QueroSaber”, Conectas traçou como objetivo mobilizar a sociedade civil antes de uma audiência pública que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado se preparava para realizar com o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. Depois de apenas quatro dias no ar, a campanha reuniu - por meio do Twitter e do Facebook - 38 perguntas sobre diferentes tópicos da política externa brasileira com impacto em direitos humanos e as enviou para os membros da mencionada Comissão. Durante a audiência, transmitida ao vivo pela TV Senado, dois senadores mencionaram a campanha. A ação

atingiu seu objetivo preliminar de influenciar a Casa e obter do MRE o compromisso de ampliar o diálogo com a sociedade civil.

Ao participar da audiência, Conectas deixou claro seu compromisso com o reforço do papel democrático desempenhado pelo Senado ao interagir com o Itamaraty e, por outro lado, promoveu um canal para o escrutínio público no debate envolvendo a política externa. Na ocasião, os senadores mencionaram que, embora aquele não fosse um procedimento habitual nem frequente, os mesmos consideravam ser seu papel incluir a participação dos cidadãos nas questões da política externa brasileira, e salientaram igualmente que o Legislativo poderia e deveria fazer esta ponte entre a sociedade e o Executivo. Este potencial de abrir novos canais e diálogo é promissor, mas ainda representa uma interação muito limitada. Estratégias semelhantes de participação cidadã direta em audiências do Congresso foram aplicadas a outras sabatinas de confirmação de embaixadores em 2013.

C. Quais são os principais desafios?

No nível institucional

Algumas organizações têm dificuldade em criar canais de diálogo com os responsáveis pelas políticas públicas, legisladores e/ou juízes, principalmente quando estão longe da capital do país. Outro desafio é a manutenção de sua autonomia política, protegendo-a da política partidária, particularmente em se tratando do Legislativo e do Executivo.

No nível nacional

Levando-se em consideração que a política externa é muitas vezes prerrogativa do Executivo, algumas organizações têm dificuldade em fomentar o interesse do Legislativo e do Judiciário nessa área. Além disso, em alguns países, os Poderes Legislativo e Judiciário costumam não se envolver com temas ligados aos direitos humanos e quando o fazem tendem a adotar posições conservadoras. Por fim, mesmo dentro do Executivo, as responsabilidades pela condução da política externa costumam ser partilhadas entre diferentes órgãos e instituições. Neste sentido, é um desafio à sociedade civil compreender “quem faz o quê” em cada política específica.

D. Estratégias e dicas

Compreender a área

Conheça a fundo as regras atuais do Ministério das Relações Exteriores em relação às competências de cada órgão ou entidade do governo (“quem faz o quê”) na elaboração e execução da política externa.

Como? – Envolver-se com especialistas

Acadêmicos e funcionários públicos, como os diplomatas, por exemplo, podem ser uma valiosa fonte de informação a respeito do processo político no seu país.

Legislativo

Fomentar o controle da política externa com impacto nos direitos humanos por parte do Poder Legislativo do governo ao recorrer a procedimentos democráticos já estabelecidos, permitindo que os legisladores se envolvam num diálogo com o Executivo. Eles podem inquirir a respeito da posição internacional do país em relação aos direitos humanos, por meio de questionamentos públicos feitos diretamente aos responsáveis pela política externa no Executivo.

Como? – Comissões parlamentares

Envolve-se com as comissões parlamentares, comitês e instâncias que lidam com temas de direitos humanos ou política externa. Os legisladores que ocupam tais posições são seus interlocutores naturais. Por possuírem competência complementar em algumas matérias de política externa, estas instâncias podem ser usadas como contraponto (ou até mesmo veto) a decisões vindas do Executivo. Monitore a agenda de debates das Comissões e não hesite em alertar os legisladores para tópicos sensíveis ou fornecer informações e argumentos para eles possam debater mais e melhor acerca de matérias que impactam nos direitos humanos.

Como? – Audiências públicas

Alguns países têm audiências públicas no congresso para questões relacionadas à política externa com membros do Ministério das Relações Exteriores e especialistas. Quando tais audiências ocorrem, procure acompanhá-las (pessoal ou virtualmente). A sociedade civil também pode sugerir a parlamentares que convoquem audiências sobre temas específicos;

Como? – Questões parlamentares

Muitos parlamentos têm o direito de solicitar formalmente informações e esclarecimentos por parte do Executivo. A sociedade civil também pode ajudar a fomentar este mecanismo de questões apresentadas pelos parlamentares a outras entidades do governo e utilizar as respostas em seu trabalho.

Judiciário

A sociedade civil também pode fazer uso de mecanismos legais para questionar as ações e decisões da política externa recorrendo à constituição e à legislação do país, podendo inclusive mobilizar os tribunais. A Constituição Brasileira tem, por exemplo, uma provisão específica (o artigo 4º, já mencionado) que pode ser usada como modelo legal para uma estratégia de defesa com base na lei. Mas as organizações podem também envolver o Judiciário do país nas questões de política externa direitos humanos ao insistir para que este aplique os tratados e decisões das instituições internacionais no âmbito doméstico.

Como? – Jurisdição universal

Caso seu país tenha jurisdição universal para os casos de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra, tortura, execuções extrajudiciais e/ou

desaparecimentos forçados, as OSCs podem recorrer aos tribunais nacionais para abrir processos envolvendo graves violações dos direitos humanos cometidas em outras partes do mundo.

Executivo

Em se tratando da maioria das questões de política externa, o Ministério das Relações Exteriores não atua sozinho. Assim sendo, a estrutura interna de pesos e contrapesos dentro do Poder Executivo também pode ser mobilizada. Diversifique seus contatos dentro do Ministério das Relações Exteriores do seu país ou em outras instituições do Executivo (bem como nos demais ministérios e o gabinete da Presidência ou do primeiro-ministro) responsáveis pelos temas internacionais.

4. Mídia e escrutínio público

A. Por que é importante?

Tornar a sociedade mais consciente e aumentar seu escrutínio nas questões de política pública é algo essencial para quaisquer esforços voltados ao fortalecimento democrático. O uso da mídia local e internacional pode ajudar a denunciar violações de direitos humanos e as decisões mais problemáticas envolvendo a política externa de seu país. Tal engajamento permite, simultaneamente, reunir em torno dessa causa uma comunidade mais ampla de cidadãos. Comunicar na imprensa nacional e internacional, bem como dos sites institucionais das OSCs e das mídias sociais, é também uma estratégia para a defesa dos direitos humanos de influência no debate público.

B. Experiência da Conectas

O aumento do escrutínio público em relação à posição brasileira diante do Irã

Historicamente, a questão dos direitos humanos no Irã é debatida na Agnu e, desde 2001 (com a exceção de 2003), o Brasil se abstém nas votações envolvendo resoluções que condenem violações ocorridas no país. Levando-se em consideração o histórico negativo do Brasil nas votações da ONU, Conectas desenvolveu uma estratégia de trabalho junto ao governo brasileiro, que incluía realizar no país missões com ativistas iranianos. Em fevereiro de 2011, a organização promoveu reuniões entre dois ativistas iranianos e representantes do governo e da sociedade civil brasileira para demandar uma posição mais firme por parte do Brasil em relação às violações dos direitos humanos cometidas pelo governo iraniano. Em março de 2011, o Brasil votou a favor de uma resolução criando o Relator Especial para o Irã, na 16ª sessão do CDH em Genebra.

Desde então, a Conectas continuou a monitorar a posição do Brasil em relação ao Irã, e o uso da mídia tem sido uma parte essencial dessa iniciativa. Conectas publicou muitos artigos de opinião em alguns dos diários brasileiros de maior prestígio, incitando a população a ajudar a reverter às dramáticas violações dos direitos humanos que continuam ocorrendo no Irã. Graças a essas manifestações públicas, Conectas se tornou uma voz de credibilidade junto a jornalistas cobrindo a questão dos direitos humanos no Irã ou o posicionamento do Brasil e esse respeito.

Campanha no Facebook: Estabelecimento de uma Comissão de Inquérito para a República Popular Democrática da Coreia

Em 2013, o CDH levou à votação uma resolução histórica criando a Comissão de Inquérito para investigar supostas violações graves e sistemáticas cometidas pelo regime norte-coreano. Ainda que a resolução sobre os direitos humanos na Coreia do Norte não fosse um documento novo debatido no âmbito do CDH, esta foi a primeira vez em que um mecanismo de inquérito foi proposto para o país. Ainda em 2009, quando foi levada a votação a resolução envolvendo a Coreia do Norte, o Brasil optara por se abster.

Para evitar que a abstenção brasileira de 2009 voltasse a se repetir, em março de 2013 a Conectas gravou uma mensagem em vídeo com um ativista norte-coreano, a única pessoa nascida num campo de trabalhos forçados que conseguiu escapar de quem se tem notícia. Na mensagem, o ativista insistia para que o governo Brasileiro apoiasse a criação da Comissão e votasse em favor da resolução proposta pelo Conselho. Acompanhando essa mensagem, Conectas lançou também uma campanha pedindo aos cidadãos brasileiros que solicitassem, por e-mail, uma votação envolvendo a resolução. Os e-mails eram enviados diretamente ao Representante Permanente do Brasil nas Nações Unidas, em Genebra.

Como resultado, muitos aderiram à campanha, compartilhando postagens nas redes sociais e enviando e-mails à Delegação Brasileira. Embora fosse impossível desvendar quantas pessoas de fato enviaram mensagens, somente no Facebook a campanha foi vista quase 37 mil vezes, alcançando 370 compartilhamentos. No YouTube, o vídeo registrou quase 2 mil exibições em quatro dias. No fim, a Comissão de Inquérito para a Coreia do Norte foi criada com o apoio do Brasil.

C. Quais são os principais desafios?

No nível institucional

O trabalho com a mídia exige das organizações habilidades específicas e pode ser algo complicado e custoso em termos de tempo. É de fato necessário ter cautela ao envolver-se com a grande mídia para garantir que não haja exageros na simplificação dos fatos, números e posições institucionais das OSCs. É possível, igualmente, que as organizações tenham de aprender a equilibrar seus esforços. Por um lado, devem ser capazes de pautar a mídia, por outro, precisam fazer uso das prioridades de cada veículo para fazer avançar a perspectiva dos direitos humanos nas reportagens de política externa publicadas na mídia tradicional. Encontrar um equilíbrio entre as estratégias de divulgação na mídia tradicional e nas novas mídias (incluindo mídias sociais) é algo que também deve ser levado em consideração pelas organizações.

No nível nacional

A política externa não é considerada assunto prioritário pela maioria dos veículos de mídia dos países do Sul Global. E, quando começam a seguir esta pauta, os jornais costumam hesitar

diante da possibilidade de incluí-la nas seções de política internacional ou nos envolvimento estrangeiros do próprio país. Adicionalmente, na maior parte do mundo, a mídia se mostra concentrada nas mãos de um grupo reduzido de pessoas ou do próprio Estado. Em ambos os casos, dar visibilidade a vozes diferentes pode ser um desafio.

No nível internacional

Notícias sobre política internacional costumam vir de agências internacionais com pouca ou nenhuma sensibilidade para as realidades políticas particulares de cada país. Tal fato pode representar um desafio adicional para a promoção de um melhor entendimento da realidade de cada contexto nacional, da sua política externa e do seu impacto na proteção internacional aos direitos humanos.

D. Estratégias e dicas

Informar a grande mídia

Trabalhar com a mídia nacional e internacional para aumentar a visibilidade das posições internacionais do seu país nas questões ligadas aos direitos humanos e fornecer informações sobre sua política externa. A oferta de informações, depoimentos, ou até de artigos de opinião de sua autoria pode ajudar a fortalecer os laços com a mídia.

Como? – Usar seu site institucional

Use o site de sua organização para disseminar informações relevantes, notícias, análises aprofundadas, entrevistas com parceiros, etc. para se comunicar com seu público.

Como? – Ter alcance estratégico

Envie alertas e comunicados de imprensa a uma rede de jornalistas nacionais e internacionais interessados (incluindo correspondentes) para indicar eventos importantes no calendário internacional dos direitos humanos, como as sessões regulares do CDH, destacando os temas que serão debatidos e as preocupações em relação às posições que seu país pode vir a adotar.

Fazer uso da mídia para a defesa de causas

Utilizar a mídia para pressionar seu governo, aumentar a conscientização e contribuir para o debate público agendas envolvendo as questões de direitos humanos. Tenha em mente que usar a mídia não é apenas uma questão de visibilidade, mas também uma contribuição com as tentativas de definir a pauta dos direitos humanos.

Como? – Grande mídia

Organize reuniões com jornalistas (e organizações parceiras, conforme o caso) para entregar a eles informações de confiança, tornando-se uma “fonte” e contribuindo para uma cobertura informada para notícias envolvendo os direitos humanos e a política externa. Indiretamente, isso vai ajudar no trabalho de defesa dessas causas.

Como? – Mídia alternativa

Não limite seu trabalho aos jornais e revistas da grande mídia. Reforce os laços com blogs e a mídia especializada, tornando-se ativo nesses foros.

Como? – Mídia social

Use a mídia social institucional (crie contas institucionais como uma página no Facebook, uma conta no Twitter, etc.), de preferência ligando-a a campanhas, para com isso atingir um público maior, empregando uma linguagem mais simples, e valendo-se de fotos e vídeos para ampliar o efeito.

5. Monitoramento de foros e mecanismos internacionais

A. Por que é importante?

Além de ter de aprender a usar mecanismos internacionais para fazer avançar os direitos humanos em seu próprio país, os ativistas do Sul Global precisam desenvolver uma voz coletiva mais poderosa dentro dos foros multilaterais. Cada país tem uma política externa específica para cada uma das organizações multilaterais às quais pertence e, com frequência, esses foros são usados para se atingir os mais diferentes objetivos políticos e econômicos. Participar dessas reuniões, pessoal ou remotamente é, portanto, crucial para influenciar a política externa de um país. A forma por meio da qual os países se envolvem internacionalmente com as entidades tradicionais dos direitos humanos e outras instituições multilaterais (no sistema da ONU, em âmbito regional ou global, incluso Ifis, tais como: Asean, Brics, Ibas, MNA, OCI, etc.) pode e vai trazer impacto para os direitos humanos dentro e fora de suas fronteiras. Assim, monitorar essas instituições e a maneira pela qual os países interagem com elas é vital para defender uma política externa mais responsável em relação aos direitos humanos.

B. A experiência da Conectas

Presença da Conectas na ONU

Até muito recentemente, não havia representação regional de organizações latino-americanas com presença permanente em Genebra, onde funciona o núcleo duro do sistema de direitos humanos da ONU. Isto decorria provavelmente do alto custo financeiro envolvido e da falta de coesão entre as organizações da região. Depois de coordenar-se com duas importantes parceiras latino-americanas (o Centro para Estudos Legais e Sociais - CELS, da Argentina, e a Corporação Humanas, do Chile), Conectas estabeleceu uma presença permanente em Genebra, responsável pela coordenação das atividades das três organizações conforme o abaixo:

- Fazer o melhor uso possível dos mecanismos da ONU para denunciar as violações dos direitos humanos nos países e regiões em que estas ocorrem para melhorar a situação concreta e objetiva;*
- Colaborar com os governos de seus países sempre que desejável, apresentando ou apoiando novas propostas; e*
- Cobrar dos governos de seus países e de outros a responsabilidade por seus posicionamentos e votos na ONU.*

A presença da Conectas em Genebra contribuiu concretamente com o acompanhamento da posição brasileira no CDH ao monitorar atentamente o histórico de posições e votos do país. Neste contexto, Conectas se aproveitou da visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva à 10ª sessão do Conselho (em março de 2009) para emitir um comunicado escrito pedindo uma reavaliação da política externa brasileira, especialmente com relação à posição ambígua adotada nos casos de violações graves e persistentes dos direitos humanos em países como Sri Lanka, Sudão e Coreia do Norte, por exemplo. Outro exemplo de resultado concreto decorrente da presença permanente em Genebra foi a aprovação do uso de novas tecnologias por parte do Conselho para permitir a participação remota da sociedade civil em suas sessões; um pedido apresentado pela Conectas, CELS e Humanas seguido por uma bem articulada estratégia de advocacy de seu uso conduzida pelo representante em Genebra de janeiro a março de 2012 junto a representantes da ONU, a q do CDH e organizações parceiras.

Participação no processo de Reflexão sobre o Trabalho da CIDH

Durante quase dois anos (2011 a 2013) os países membros da OEA conduziram o processo de Reflexões sobre o Trabalho da CIDH. Alguns dos países membros da OEA, entretanto, estavam usando o processo com o intuito de prejudicar o trabalho da Comissão. Levando em consideração esse contexto preocupante, Conectas participou ativamente do processo de reforma, pressionando por uma posição responsável por parte do governo brasileiro para garantir a autonomia e a independência da Comissão. Conectas também agiu para ampliar a participação da sociedade no debate nos níveis regional e nacional. Para tanto, várias atividades foram realizadas:

- Conectas usou a LAI para conhecer a posição do Brasil no processo;
- Ao lado de organizações nacionais e regionais, apresentou pareceres escritos à consulta realizada em diferentes estágios do processo e por diferentes mecanismos, incluindo a própria Comissão e o Conselho Permanente da OEA;
- No Brasil, Conectas realizou reuniões entre atores da sociedade civil e o Itamaraty a respeito das propostas brasileiras para reformar as práticas de trabalho da Comissão;
- Conectas também apoiou eventos acadêmicos sobre o tema e publicou artigos em jornais para chamar a atenção ao processo.

Envolvimento com os Brics

Os novos agrupamentos políticos dos quais o Brasil agora faz parte, como Ibas e Brics, estão no radar da Conectas e são objeto de diferentes atividades de pesquisa já há algum tempo. Mas envolver-se diretamente com essas novas instituições não era parte do plano de ação da organização até recentemente. Em 2013, Conectas participou da 5ª Cúpula dos Brics em Durban, África do Sul, com duas pautas específicas: primeiro, solicitar do governo brasileiro uma abordagem mais humanitária e favorável aos direitos humanos para as tentativas de lidar com a crise na Síria e, segundo, debater a futura criação de banco de desenvolvimento liderado pelos Brics. Os dois tópicos já tinham sido alvo do trabalho nacional e internacional da Conectas, porém, ao se tornarem parte da pauta oficial de discussão dos Brics, Conectas teve de articular uma estratégia complementar própria para esse foro.

Antes da cúpula, Conectas se reuniu com diferentes departamentos do Itamaraty em Brasília para compreender melhor como o grupo funciona e quais posicionamentos o Brasil pretendia trazer para a Cúpula. Também foi organizada uma estratégia coletiva de defesa com outras organizações humanitárias e de direitos humanos de diferentes países para o caso da Síria. Distintas estratégias de comunicação também foram usadas para conscientizar o público do impacto cada vez maior que as decisões tomadas em conjunto pelos países Brics podem trazer para os direitos humanos no Brasil e no exterior. O pedido da Conectas envolvendo a Síria foi finalmente incluído na Declaração Final. Ao chegar a Durban, a delegação da Conectas participou de uma série de reuniões acadêmicas e da sociedade civil com organizações de todos os países Brics. Também participou de atividades organizadas por parceiros locais sul-africanos, chamados de “Brics de baixo” (Brics from Below no original) - uma primeira tentativa de estabelecer um evento paralelo da sociedade civil nas margens das cúpulas oficiais dos Brics.

C. Quais são os principais desafios?

No nível institucional

Viajar para as cidades que receberão as entidades ou conferências internacionais exige tempo e dinheiro. Além disso, as organizações podem precisar de experiência e treinamento adicionais para compreender como estas entidades trabalham - em especial aquelas cujos mandatos não estão diretamente ligados aos direitos humanos - e qual é o impacto potencial das decisões adotadas em relação aos direitos humanos.

No nível internacional

A participação nas reuniões da ONU e nas sessões do CDH costuma ser reservada às organizações com status consultivo no Ecosoc. A maioria das demais organizações multilaterais não tem um procedimento consagrado para o envolvimento e participação social.

D. Estratégias e dicas

Participar de eventos relacionados aos direitos humanos

Participar das sessões dos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos (por exemplo, o CDH em Genebra) para acompanhar as posições do país nos processos institucionais dentro dos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos e realizar ações de defesa temáticas e relacionadas a países específicos.

Como? – Obter status consultivo

Trabalhe para obter status consultivo dentro do sistema de direitos humanos da ONU, ou nos sistemas regionais, para poder participar dos debates e votações relevantes e supervisionar a participação do seu país.

Como? – Planejar sua atuação

Ao participar dessas reuniões, prepare estratégias claras de *advocacy* (incluindo um mapeamento de quais são os principais tópicos de debate e com quem deseja debaterlos) com razoável antecedência.

Como? – Participar remotamente

Quando não for possível viajar, use as ferramentas de participação remota (como os vídeos e mídias sociais), caso estejam disponíveis.

Parcerias

Trabalhar colaborativamente com organizações sediadas nessas cidades, que possam oferecer assistência para aqueles que vêm de fora. Se possível, empreender esforços para estabelecer uma presença permanente nas cidades em que as entidades regionais ou internacionais dos direitos humanos estão localizadas (por exemplo, Genebra, San Jose, Banjul, Washington, etc.) para fortalecer as relações e o potencial de defesa de suas causas.

Como? – Usar o mecanismo de RPU

Acompanhe as recomendações feitas pelo seu país a outros na RPU da ONU. Estabeleça elos com organizações de outros países e aproxime-as do seu próprio governo. Elastem uma ideia bem mais clara daquilo que ocorre no dia-a-dia de cada país e podem informar seu governo a respeito das recomendações a serem feitas e quando fazê-las. Sua organização pode facilitar reunião de ativistas com a embaixada de seu país no país deles ou então na missão de seu país em Genebra.

Participar dos demais foros multilaterais:

Participar de foros multilaterais envolvendo questões diferentes daquelas ligadas aos direitos humanos, acompanhando os eventos e melhor prevendo os impactos potenciais das decisões adotadas ali sobre os direitos humanos.

Como? – Trabalhar em sua capital

Organize reuniões com seu Ministério das Relações Exteriores na sua capital e com suas missões, embaixadas ou delegações no exterior antes da sessão/evento ou conferência que deseja acompanhar. Como a posição dos países costuma ser debatida antes das datas de realização dos eventos, a defesa dos direitos humanos pode exigir esforços prévios para debater a posição do seu governo ou o conteúdo de um documento futuro, em lugar de meras condenações públicas e críticas após a aprovação do documento.

Como? – Estabelecer parcerias

Crie elos com outras organizações e acadêmicos trabalhando com as mesmas instituições para desenvolver redes temáticas internacionais para acompanhar o impacto dessas entidades sobre os direitos humanos.

